

## Ministra cobra punição a crime

**JOÃO GABRIEL**

REPÓRTER

A ministra do Meio Ambiente, senadora Marina Silva (PT/Acre), que participou, ontem, em Belo Horizonte, da assinatura de convênio entre o Governo de Minas e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) para captação de recursos visando a preservação da Mata Atlântica mineira, disse ter acionado a Petrobras tão logo foi avisada do acidente em Cataguases, para que a empresa deslocasse até a região seu sistema de contenção para frear o derramamento da lixívia nos rios. Mas depois da reunião de ontem em Santo Antônio de Pádua, entre autoridades do Rio e de Minas, foi descartada a possibilidade das bóias de contenção da Petrobras serem usadas para conter a lixívia, já que o equipamento é apropriado para mancha de óleo.

Marina Silva garantiu que a não-fiscalização por parte da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), que já admitiu não ter como agir preventivamente em casos como esse, não vai implicar na falta de apoio do Ministério do Meio Ambiente. O dano ambiental, segundo ela, afeta a todos. A atuação do Ministério, disse, se dará apenas na coordenação da contenção dos rejeitos para que não haja prejuízos maiores. Mas a ministra cobrou punição à indústria, que segundo ela, até ontem à tarde não havia notificado os órgãos de meio ambiente sobre o derramamento de lixívia no rio. Ela aproveitou a vinda a Belo Horizonte para visitar as obras de recuperação da Lagoa da Pampulha e conhecer o projeto do Parque Ecológico.

Depois de classificar como grave o acidente ecológico em Cataguases, o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, José Carlos Carvalho, reconheceu a necessidade de o Estado aperfeiçoar o sistema de acompanhamento das empresas potencialmente poluidoras. "Precisamos ter no Estado um cadastro, como determinou o governador Aécio Neves, de todos os passivos ambientais que têm resíduos perigosos e podem causar graves problemas, como o que aconteceu em Cataguases. A nossa expectativa é estabelecer um instrumento a mais no contexto das ações de controle e fiscalização, fazendo com que as atividades efetivas e potencialmente poluidoras paguem mais pelo uso da água, e que a cobrança seja decrescente em relação às empresas que cuidam adequadamente de seus efluentes."

A expectativa de José Carlos Carvalho, mesmo com toda a precariedade do setor, é de que em 90 dias a secretaria tenha um levantamento completo das áreas de risco. "Não podemos admitir a existência de tanques de resíduos como esse, sem que a população tenha conhecimento do potencial de periculosidade que eles representam." (Colaborou Jaqueline da Mata)